

CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS ACERVOS DOCUMENTAIS BAIANOS E O TRABALHO FILOLÓGICO

Maria da conceição Reis Teixeira (UNEB; SALT)
conceicaoreis@ig.com.br

1. Introdução

A “certidão de nascimento” do Brasil, ou melhor, a carta de “achamento do Brasil”, redigida por Pero Vaz de Caminha, em 1500, foi lavrada na Província da Bahia. Nela, o seu redator prestava conta à coroa portuguesa “do achado das terras do Brasil”. O país “nasceu”, deu seus primeiros passos em solos da Baía de Todos os Santos. Não há dúvidas de que aqui foram lavrados os primeiros documentos oficiais que marcaram a sua história política, econômica, social e cultural. Como não há dúvidas que aqui também teve início a criação dos primeiros acervos documentais brasileiros. As igrejas, devido ao poder e ao prestígio que detinham, certamente foram as naturais guardiãs dos primeiros textos aqui lavrados. As cadeias, as câmaras administrativas, as bibliotecas particulares, os arquivos públicos e privados, com o passar do tempo, vão gradativamente se encarregando desta atividade, preservando-os do extravio, do desaparecimento, da destruição.

Por esta razão, os acervos baianos depositam documentos jurídicos, legislativos, executivos, folhetos, jornais, revistas, obras literárias e não literárias. São textos valiosíssimos, que armazenam informações preciosas capazes de ajudar a elucidar muitos aspectos da nossa história que ainda carecem de ser esclarecidos, escritos e rescritos, nos permitindo compreender melhor o cotidiano da sociedade, elucidando aspectos da história do Brasil da época em que estes foram lavrados. Entretanto, com o passar do tempo, parece que estes acervos não receberam a devida atenção de seus gestores, do poder público no seu gerenciamento, visando à preservação e à conservação dos mesmos.

Para a concretização dos objetivos traçados no projeto de pesquisa intitulado *Edição e Estudos de Textos Literários e Não Li-*

terários, é preciso visitar os acervos baianos na tentativa de localizar os textos, mapeá-los para depois transcrevê-los. Atividade que tem se mostrado árdua de ser executada, devido à dificuldade de acesso aos arquivos e, conseqüentemente, ao conjunto de documentos que interessam ao trabalho em execução. Contudo, as constantes visitas aos acervos têm oportunizando, gradativamente, delinear um quadro real do estado de conservação dos acervos documentais existentes no estado da Bahia.

Almejo, no presente texto, a partir de alguns exemplos, oferecer uma pequena mostra do estado de conservação dos acervos visitados até o momento com vistas à composição do *corpus* que pretendo editar, destacando o importante labor desenvolvido pela Filologia Textual, ramo do saber que trabalha com o texto escrito, retirando-o do ostracismo e facultando à sociedade o acesso ao patrimônio espiritual produzido por uma dada comunidade.

2. *Preservação e conservação de acervos documentais*

Acervos, do latim *acervus*, ‘montão, ‘ruma’ ou ‘conjunto de bens que integram um patrimônio’, são celeiros que os pesquisadores das variadas áreas do saber, sobretudo os filólogos, adentram, vasculham, esmiúçam na tentativa de encontrar indícios que os possibilitem reconstruir ou tentar reconstruir e compreender os fatos, os acontecimentos elaborados, vividos, experimentados por um povo, uma nação, uma civilização. A palavra acervo remete a arquivos, que, até pouco tempo, eram entendidos como simples “depósito” de papéis velhos, entretanto, na atualidade, são definidos como unidades administrativas, cuja principal função é a de reunir, ordenar, selecionar, guardar e dispor conjuntos de documentos, para uso individual ou coletivo. Portanto, o papel básico dos arquivos é recolher, conservar e disponibilizar os documentos públicos após terem eles desempenhado a finalidade que os fez surgir.

O homem por onde passa deixa seu rastro, seja este produzido involuntariamente como, por exemplo, os resquícios dos objetos, utensílios, seja produzido voluntariamente, com o objetivo de registrar, documentar para as gerações futuras o saber acumulado por aquele homem ou por aquela civilização, através das diversas formas

de escrita experimentada pela humanidade. Concordo com Diderot quando diz que:

[...] sem escrita, privilégio do homem, cada indivíduo, reduzido à sua própria experiência, seria forçado a recomeçar a carreira que o seu antecessor teria percorrido, e a história dos conhecimentos do homem seria quase a da ciência da humanidade. (*apud* MARTINS, 1996, p. 70)

Talvez seja por esta razão que Vera Acioli (2003), em *A Escrita no Brasil Colônia: Um Guia para Leitura de Documentos Manuscritos*, considere o documento manuscrito a mola-mestra da História. Aqui amplio o qualificativo “mola-mestra” para todos os textos escritos. Graças à necessidade de comunicação, através do texto escrito se pôde inferir sobre o passado dos egípcios, assírios, babilônios, cretenses, hebreus, romanos, chineses, hindus, por exemplo. O que já inferimos e ainda poderemos inferir sobre os americanos, os brasileiros, sem dúvida, é e será graças aos documentos “armazenados” nos arquivos.

Os documentos dos arquivos permitem avivar os fatos, acontecimentos, todavia para que isto aconteça é necessário adentrar nos “sótãos dos fatos”, revirar papéis velhos amórficos, raspar a camada espessa de poeira, colar fragmentos, organizar retalhos, colocar em desordem para depois ordená-los, fazendo emergir o texto e contribuído para “o mover das histórias” que se encontram aprisionadas, adormecidas, silenciadas nos cartórios, nas igrejas, nos conventos, nas Câmaras Municipais, nas bibliotecas, nos arquivos públicos e eclesiásticos.

Fato é que os documentos armazenados nas estantes dos arquivos, com raríssimas exceções, agonizam e morrem lenta e silenciosamente. Acredito que é necessário pensar numa política de preservação e em conservação preventiva. É necessário também que as ações empreendidas sejam, de fato, efetivas e bem direcionadas. Mas, afinal, que é uma política de preservação? Uma política de preservação é um tipo de ação de âmbito superior, que engloba o desenvolvimento e implantação de planos, programas e projetos de preservação de acervos. Possui objetivos, limites e diretrizes para atingir um resultado. Visa definir orientações globalizantes, sistemáticas e contínuas a serem alcançadas.

Acredito que as péssimas condições constatadas nos acervos baianos não sejam exclusivas do Estado da Bahia, uma vez que Vera Acioli (2003), na obra supracitada, afirma que o estado de conservação dos documentos manuscritos na maioria dos Estados brasileiro é desolador. Diz-nos ainda:

[...] da falta de interesse dos detentores dos documentos e da carência de uma política voltada à preservação dos arquivos, quer públicos, quer privados, é a ausência de condições para a conservação e organização da maioria deles. Arquivo morto, no Brasil, é sinônimo de porão, onde os documentos são jogados sem qualquer tratamento técnico. Na maior parte dos casos é preciso um grande esforço de triagem do documento por parte do pesquisador, a fim de recuperar qualquer informação. (ACIOLI, 2003, p. 15)

A pesquisadora tem razão quando afirma que os poderes públicos, até o momento, não desenvolveram, efetivamente, uma política de conservação e restauração dos documentos que ainda restam. Salvo raras exceções, os nossos acervos documentais são geridos por gestores desqualificados para a função de guardiões do patrimônio cultural, acondicionados em ambientes inadequados, manipulados por servidores inábeis para a função que desempenham.

Destarte, Spinelli Júnior (1997) aponta, como exigências básicas para a conservação de um patrimônio cultural, administração segura, recursos adequados e conhecimentos decorrentes da ciência e da técnica. Assevera ainda que todo legado histórico é de responsabilidade de todos e isto implica na disponibilidade ao uso, sob critérios determinados que garantam sua transmissão às gerações futuras. E diz ainda:

A gravidade e a urgência de todos os problemas concernentes à conservação de patrimônios culturais como os vemos hoje, só poderão ser resolvidos através de ampla revisão nas atitudes profissionais, institucionais e políticas. Não haverá nenhum tipo de avanço substancial quanto, à permanência de um bem cultural, seja ele qual for, enquanto não houver um maciço esforço neste sentido. (SPINELLI JÚNIOR, 1997, p. 11)

Penso que o compromisso em conservar e preservar as fontes documentais não é dever apenas de quem gere os acervos. Quem se utiliza destas fontes também deve ser responsável. Os pesquisadores devem ser treinados tecnicamente para manusear de forma a não accentuar ou contribuir para a degradação do suporte ou da mancha es-

crita. Deve também ser conscientizado da importância da preservação do acervo enquanto documento de uma época, ou seja, não basta recolher a informação, transcrever o texto, acreditando que está preservando, é imprescindível a preservação do documento enquanto documento.

Carecem de cuidados não somente as chamadas obras raras, mas toda a produção escrita da atualidade. Os livros, as revistas, os jornais, os documentos manuscritos legais do poder executivo, legislativo e judiciário, por exemplo, serão os “papéis velhos” do futuro, portanto, devem ser conservados. Não se pode perder de vista que os acervos bibliográficos, legados históricos, traduzem todo bem cultural, são testemunhos ou provas de contínuo desenvolvimento cultural da humanidade, e, por esta razão, a sua preservação é de responsabilidade de todos e isto implica na responsabilidade de uso. É imprescindível ter consciência da fragilidade dos suportes. As agressões climáticas e o manuseio pelo próprio homem, o uso dos processos de reprodução modernos, aceleram a destruição dos suportes. Então, como decidir o que deve ser preservado ou ser incluído em um programa de preservação? Todas as coleções de uma biblioteca ou de um acervo devem ser alvo de um programa de preservação?

Não há dúvidas de que é todo o acervo, ou melhor dizendo, todos os acervos devem ser incluídos em um programa de conservação e preservação. No entanto, Zuñiga (2002) diz que, na impossibilidade de incluir todo o acervo num programa de preservação, é necessário, em primeiro lugar, conhecer a fundo o arquivo sobre o qual se pretende trabalhar. Ressalta que tudo é importante para se ter um quadro preciso do risco que o acervo vem sofrendo e a partir daí decidir-se-á pelas obras que deverão ser incluídas no programa de preservação e conservação. Para que isto aconteça é fundamental que os gestores conheçam qual o valor do acervo e qual o impacto das perdas e danos para o conjunto de obras que faz parte do acervo. É necessário identificar que métodos, ações normativas serão mais eficazes na minimização dos processos de degradação do acervo e quais os custos e prazos para tais ações.

2.1. Alguns exemplos

O *Arquivo Público da Bahia*, criado em 1890, é a mais importante entidade arquivística do estado da Bahia, pertence ao Poder Executivo. A instituição, subordinada à Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, localiza-se no Mosteiro da Baixa de Quintas à Ladeira de Quintas, 50, em Salvador. É guardião de importantes documentos históricos da Bahia. Compõem o acervo Documental os Arquivos Permanentes e os Temporários. As Seções do acervo permanente compreendem documentos divididos por cinco temas e períodos, a saber, (1) Seção Colonial – Provincial; (2) Seção de Arquivos Judiciários; (3) Seção de Arquivos Republicanos; (4) Seção Fazendária - Alfandegária; e (5) Seção de Arquivos Privados.

A instituição conta com uma equipe de profissionais qualificados para o manuseio e transporte até a sala de consulta. Entretanto, ainda não há uma política de preservação global do acervo. O estado de conservação dos documentos é lastimável. Muitos documentos encontram-se danificados, devido à ação de insetos, fungos, nível de umidade e a temperatura ambiente favorece a proliferação dos mesmos. Apresentam odor muito forte. Inclusive, o seu manuseio, sem ou com uso de luvas e máscaras (instrumentos indispensáveis quando da consulta de documentos “antigos”), poderá trazer danos à saúde do pesquisador. O suporte de alguns documentos encontram-se em bom estado de conservação, todavia, a mancha escrita esmaeceu-se e sua leitura é impossível.

A *Biblioteca Pública do Estado da Bahia*, localizada na Rua General Labatut, Barris, Salvador, foi fundada em 1811 e passou por várias sedes até ser reinaugurada, em 1970, no atual endereço. É a primeira biblioteca com esse caráter criada no Brasil. Conta, na Subgerência de Obras Raras e Valiosas, com cerca 60.000 títulos, que abarcam quase todos os ramos do conhecimento. Há ainda uma subgerência de periódicos onde podem ser encontrados quase todos os primeiros periódicos produzidos no Brasil. Em 1912, a Biblioteca foi incendiada durante bombardeio no governo de Hermes da Fonseca, tendo perdido a maioria do seu acervo de 25.000 volumes, que ficou reduzido a 400. Sem dúvida, um prejuízo incalculável. É gerida pela Fundação Pedro Calmon, através da Diretoria de Bibliotecas (Siste-

ma de Bibliotecas Públicas Estaduais), que é responsável pelos serviços de implantação, assistência técnica, dinamização, aquisição e conservação de seus acervos.

Infelizmente, a instituição não dispõe de profissionais com formação específica na área de conservação e preservação de acervos documentais, nem especialistas em obras raras; por exemplo, a subgerência Obras Raras e Valiosas é administrada por uma bibliotecária. Apesar dos gestores saber o valor do acervo, até o momento nada foi feito no sentido de se proceder a transferência de suporte – ou seja, transferência do suporte papel para o suporte digital via processo de escaneamento e/ou digitalização – ou o resgate via transcrição dos textos.

A adoção da técnica transferência de suporte é muito benéfica a documentos raros, principalmente quando estes têm duplo valor: o suporte formato jornal, por exemplo, tem valor documental da memória da história da imprensa no Brasil e o seu conteúdo intelectual tem valor enquanto informações históricas que registram o mundo e as formas do homem conceber o mundo circundante.

Cabe ressaltar que decidir digitalizar um acervo documental significa tomar decisões importantes quanto à resolução de imagem, à reprodução cromática, às compressões, ao armazenamento, à viabilização do acesso. Por exemplo, quanto maior a resolução na captura da imagem fac-similar, maior o tamanho do arquivo digital e consequentemente mais oneroso o seu armazenamento. A decisão deverá estar atrelada ao compromisso da instituição com a manutenção da versão digital através do tempo, considerando-se as mudanças tecnológicas e baseando-se numa política que assegure o acesso contínuo ao material digitalizado que tenha valor permanente para a pesquisa.

Em termos práticos, a transferência de suporte pode ser adequadamente realizada, sem provocar danos aos originais, porque já existem equipamentos capazes de capturar imagens sem que ocorra o contato direto com o material alvo da digitalização. Além disso, a transferência de suporte possibilitará a preservação do conteúdo intelectual para as gerações futuras e dará acessibilidade aos pesquisadores, sem que estes contribuam para acelerar ainda mais o processo de destruição definitiva a que estão sujeitos os documentos originais, quando do seu manuseio.

É bom lembrar que, se o suporte do documento estiver desidratado, o próprio manuseio dos pesquisadores, no processo de resgate dos textos, contribui para acentuar ainda mais a sua fragilidade, acelerando, portanto, a sua destruição por completo e definitivamente. Caso o conjunto de documentos ou acervo bibliográfico esteja como os que ilustramos com as imagens a seguir, quase nada poderá ser feito, pois não resta mais nada a preservar. Coleções completas de periódicos raros, que somente a Biblioteca dispunha, foram totalmente destruídas. As imagens dispensam qualquer comentário acerca do estado de conservação e revelam quanto valor tem os nossos acervos para os poderes públicos.

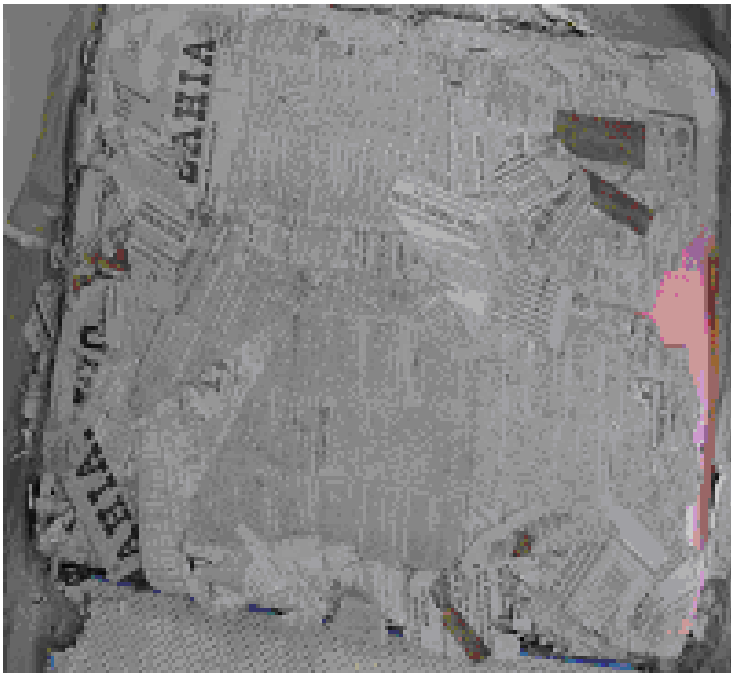


Fig. 1: Fotografia Coleção Diário da Bahia, 1871.



Fig. 2: Fotografia Coleção Echo Santamarense, 1884



Fig. 3: Fotografia da Coleção Diário da Bahia, 1872

3. *Considerações finais*

Convém lembrar que a palavra *filologia*, etimologicamente, tem sido entendida como ‘culto da erudição’. Lázaro Carreter (1990, p. 187), por exemplo, define como sendo a “ciência que estuda a linguagem, a literatura e todos os fenômenos de cultura de um povo ou de um grupo de povos por meio de textos escritos.” Basseto (2001, p. 17) afirma que “o filólogo é aquele que apreende a palavra, a expressão da inteligência, do pensamento alheio e com isso adquire conhecimentos, cultura e aprimoramento intelectual”. Lausberg (1974) diz que a filologia tem de cumprir a tarefa tripla de crítica textual, interpretação de textos e a integração superior dos textos tanto na história da literatura como e na fenomenologia literária.

Fato é que, independente das definições que o termo tem recebido ao longo da história, este ramo do saber se preocupa com a preservação da memória coletiva. Esta atividade não é uma exclusividade das sociedades modernas, pelo contrário, o homem, à medida que vem acumulando conhecimento, tem buscado manter viva a

memória como forma de significar sua existência, fazendo emergir, a partir dela, sua própria história.

No presente texto, busquei, através de dois exemplos, dar uma pequena mostra do estado de conservação dos acervos que foram visitados durante o meu processo de busca dos textos para a composição do *corpus* que pretendo editar. A situação em que se encontram nossos acervos documentais é desalentador. Se nos acervos de dois centros de referência como o Arquivo Público da Bahia e a Biblioteca Pública do Estado da Bahia não há uma política sistemática de conservação e preservação do patrimônio escritural de que são guardiões, imaginemos os acervos e bibliotecas das cidades do interior do Estado, onde os recursos, humanos e financeiros, são escassos e tardam chegar.

Procurei também destacar o papel basilar desempenhado pelo filólogo para a compressão da história literária baiana, quiçá brasileira, a partir da sua incursão nos acervos públicos e privados. O trabalho do filólogo pode ser comparado com o do arqueólogo, pois enquanto este procura conhecer as civilizações da Antigüidade através dos vestígios materiais, aquele estuda os testemunhos escritos a fim de desvencilhar a história das civilizações engendrada nos materiais escritos deixados por aquelas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. 2. ed. Recife: UFPE/Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo? a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

QUEIROZ, Rita C. R. de. Para que editar? A filologia a serviço da preservação da memória baiana. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição R.; QUEIROZ, Rita e Cássia R. de; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.) *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 141-157.

_____. A crítica textual e a recuperação da história. *Scripta Philologica*, Feira de Santana, n. 1, p. 64-79, 2005.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. *A conservação de acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. Textos de imprensa: problemas na sua edição. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vol. 9, n. 10, 2005, p. 171-178.

ZUÑIGA, Solange. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos privados. *Revista Registro*, Indaiatuba, n. 1, jul. 2002, p. 71-89.